

Lyra tenta apoio de Minas mas Newton descarta a dissidência

Belo Horizonte — Após duas horas de conversa com o futuro governador de Minas, Newton Cardoso, o deputado pernambucano, Fernando Lyra, revelou que a tendência do sucessor de Hélio Garcia é a de se manter equidistante da disputa que ele trava com o presidente da executiva nacional pemedebista, Ulysses Guimarães, pela presidência da Câmara dos Deputados.

Newton Cardoso, em entrevista, não confirmou, no entanto, a revelação de Lyra. Disse que não deverá se manter neutro na disputa. O futuro governador destacou, no início da noite, que cerca de 95% dos 35 novos deputados federais de Minas deverão optar pelo nome de Ulysses. Como a sua tendência, manifestada em entrevistas que concedeu antes de seguir para o exterior e no retorno a Belo Horizonte, é a de adotar o pensamento da bancada, o ex-ministro da Justiça não deve manter tanto otimismo com relação aos votos mineiros.

Na entrevista, o futuro governador informou que estava tentando, ainda ontem, localizar Ulysses, por telefone. Era para saber se poderia contar com seu apoio para que a liderança do governo na Câmara continuasse com um deputado mineiro, substituindo, no caso, Pimenta da Veiga, que está deixando o cargo:

— Quero garantir com o doutor Ulysses se ele dará respaldo a um nome de Minas. Porque se Minas disputar, não vai fazer feio. Vai entrar para ganhar.

Contatos

O ex-ministro da Justiça fez de uma suíte do Othon de Belo Horizonte gabinete de ocasião para manter contatos com os parlamentares pemedebistas do estado. O dia era propício porque os deputados federais encontravam-se, em grande maioria na capital mineira atendendo a uma convocação do futuro governador Newton Cardoso, que iniciou as conversas visando a organização do seu secretariado.

Aberto Lyra só conseguiu em Minas o apoio do deputado reeleito Leopoldo Bessone. O ex-ministro da Justiça afirmou que conta, no entanto, com dezenas de votos mineiros, que só serão conhecidos no dia da eleição, para que os seus autores não fiquem sujeitos a pressões.

Fernando Lyra criticou a situação da Câmara dos Deputados após dois anos sob a presidência de Ulysses Guimarães. "Eu prego a modernização da Câmara e a devolução de suas prerrogativas, o que



Lyra irritou-se com Aecinho na campanha em Minas

não ocorreu nestes dois anos de reconstrução democrática. Pelo contrário, o Legislativo caiu em completo descrédito", afirmou Lyra, que disse esperar que Ulysses retire sua candidatura à reeleição.

— Para mostrar que minhas restrições não são ao deputado Ulysses Guimarães, mas à inconstitucionalidade de sua reeleição, eu reafirmo que votarei nele para a presidência da Constituinte. Mas a presidência da Câmara disputarei com ou sem Ulysses Guimarães. A reeleição é um continuísmo que não condiz com o sentido de renovação — observou.

Lyra alegou motivos éticos para se esquivar de comentar as declarações feitas antontem pelo governador eleito Newton Cardoso, de que teria iniciado um acordo com Ulysses Guimarães, que levaria a um apoio da bancada pemedebista mineira à sua candidatura à presidência da Câmara, em troca do apoio para fazer de um mineiro o novo líder do governo na Câmara. "Eu senti que é desejo do governador Newton Cardoso que Minas volte a ocupar seu lugar de destaque no Legislativo e no Executivo federais"

Discordância

Lyra e Newton Cardoso, em sua conversa a portas fechadas, no gabinete

do governador eleito, no Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, discordaram sobre a tese da acumulação dos cargos de presidente da Câmara e da Assembléia Nacional Constituinte. Newton concorda com a acumulação.

— Serei presidente da Câmara. Tenho contactado todos os partidos em Minas e tenho recebido apoio de deputados que, mesmo não comungando com as minhas idéias, discordam da candidatura de Ulysses Guimarães. Tenho um feeling de que vencerei em Minas. Começa a surgir uma esperança muito concreta, porque se existir uma sintonia entre a realidade eleitoral de novembro e a situação política de hoje, eu ganho — afirmou o deputado pernambucano.

Ele respondeu com ironia as declarações do deputado eleito Aécio Neves — que apóia Ulysses Guimarães — de que a decisão da bancada mineira será unânime. "O Aecinho é muito novo para dar uma opinião desta ordem, acerca de Minas Gerais", afirmou Fernando Lyra, criticando ainda o deputado Pimenta da Veiga, por tentar fazer dele um "dissidente" na disputa com Ulysses.

— Não sou dissidente. Minha base fundamental é o PMDB e trabalho para garantir o percentual de que necessito para me eleger — assinalou.

Regimento de Ulysses prevê esboço da Carta em 60 dias

Brasília — A Mesa que dirigirá os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte será composta por sete membros e dois suplentes. Sua escolha será por voto secreto. A Comissão da Constituição, com 83 membros designados pelo presidente da República por indicação dos partidos, será encarregada de, em até 60 dias, elaborar um esboço da nova Carta. Estas são algumas das normas propostas no Regimento Interno elaborado pelo deputado Prisco Viana (PMDB-BA) a pedido do presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães.

O documento tem 27 artigos e disciplina até a ocupação das galerias: só terão acesso a elas pessoas convidadas, representantes do Corpo Diplomático e imprensa. A parte das galerias destinada ao público será ocupada mediante convites distribuídos aos partidos, na proporção da sua representação.

Todo poder

Segundo o Regimento de Prisco, o presidente da Assembléia Nacional Constituinte terá amplos poderes, tanto no que diz respeito à designação de membros para o funcionamento da Grande Comissão, como para resolver soberanamente todas as questões relativas ao plenário. No entanto, ele só terá direito de voto nos escrutínios secretos e nos casos de empate. Já começam a surgir dúvidas nesta questão: alguns parlamentares que tiveram acesso ao documento querem que o presidente participe de todas as votações porque, afinal, também foi eleito constituinte.

A Mesa será composta pelo presidente, dois vice-presidentes, quatro secretários e dois suplentes de secretários esco-

lhidos em um ou mais escrutínios pelo voto direto e secreto. O Regimento não esclarece, porém, se o presidente será eleito em dois turnos caso não consiga maioria absoluta de votos na primeira votação.

O estudo propõe a criação de uma Comissão da Constituição (a Grande Comissão), integrada por 83 membros, nomeados por ato do presidente, mediante indicação dos partidos ou grupo de partidos. Esta Comissão terá 45 dias, prorrogáveis por mais 15 para elaboração do projeto. Cada partido com assento na Assembléia terá direito de indicar, no mínimo, um representante na Grande Comissão.

As vagas neste seletivo grupo serão preenchidas de forma proporcional às bancadas, de acordo com o seguinte critério: dividir-se-á por 83 o número total de constituintes para obter-se o **quociente da Constituinte**, desprezando o resto. Dividir-se-á, em seguida, o número de integrantes de cada partido ou grupo de partidos com representação na Assembléia pelo quociente apurado na operação anterior, obtendo-se então o **quociente partidário**, isto é, o número de membros da Comissão que cada bancada poderá indicar.

Prazo fixo

A Comissão vai eleger um presidente, um vice e um relator-geral e poderá criar subcomissões, se considerar oportuno. Todos os estudos feitos para a nova Constituição deverão ser encaminhados pelo presidente da Assembléia à Comissão, que optará por utilizar esses subsídios ou não.

Depois de pronto, o projeto da Cons-

tituição irá para plenário e durante 30 dias será discutido. Nos primeiros 15 dias, todos os constituintes poderão apresentar emendas e, se ao final deste prazo a discussão não estiver esgotada, qualquer constituinte, com apoio de no mínimo 60 membros, poderá pedir o encerramento.

Com as emendas, o projeto voltará para a Comissão, que em 30 dias deverá apresentar a nova proposta. Em plenário, o texto não será mais debatido: apenas será permitido que dois oradores de cada partido encaminhem a votação, sendo um contra e um a favor da matéria em deliberação. As emendas serão votadas separadas em grupos de acordo com os pareceres favoráveis e contrários, ressaltados os destaques.

Pela proposta do deputado Prisco Viana, os partidos, isoladamente ou em coligação, com bancada mínima de 15 constituintes, serão representados perante a Mesa da Assembléia por um líder eleito. Os pedidos de destaque nas votações somente serão acolhidos pelo presidente da Assembléia quando formulados por líder de partido ou de grupo de partidos ou pessoalmente pelo autor da emenda, com o apoio de pelo menos 60 constituintes.

Para pedir verificação de votação também é necessário reunir 60 assinaturas e, depois de concluído o processo, não será permitido repeti-lo com menos de uma hora de diferença. Concluída a votação do projeto e das emendas, a matéria será restituída à Comissão da Constituição que em 15 dias deverá elaborar a redação final, que voltará para ser votada no plenário.

Anteprojeto pode sair em 7 dias

Brasília — O presidente da Constituinte terá poderes arbitrários enquanto uma comissão interpartidária, por ele designada, estiver elaborando o regimento interno da Assembléia. O deputado Ulysses Guimarães, que fala já na condição de futuro presidente, quer que o regimento fique pronto em uma semana e que, enquanto isso, a Assembléia funcione normalmente. Para isso, pretende recorrer aos regimentos comum do Congresso e aos da Câmara e do Senado.

O deputado Ulysses Guimarães acha que, com o esboço de regimento que carrega na pasta, a comissão terá seu trabalho facilitado. "A Constituinte não

pode ficar um mês parada, esperando aprovar seu regimento", adverte. O poder arbitrário do presidente nesse período é restrito às normas internas da Assembléia e não tem interferência sobre o funcionamento normal do Legislativo nem nas relações entre os poderes institucionais, apesar do caráter soberano da Constituinte.

Qualquer outro poder que o presidente da Constituinte possa vir a ter será determinado pela Assembléia. Na verdade, esse poder será muito limitado, dada a excepcionalidade de a Constituinte funcionar simultaneamente com as outras casas do Legislativo. O presidente não

terá nem poderes administrativos independentes: até os taquígrafos terão que ser requisitados da Câmara. Por isso Ulysses argumenta que o presidente da Câmara deve ser o mesmo da Constituinte: deixa de haver **emulação** entre ocupantes de dois cargos importantes.

O deputado Ulysses Guimarães pretende, já na próxima semana, pedir às lideranças partidárias que endossem o anteprojeto de regimento interno. Ele diz que "a coisa não tem mistério", pois o regimento terá que ser a atualização do regimento da Constituinte de 46, acrescido de normas dos atuais regimentos do Congresso.

Simon não crê no êxito do pacto social

Porto Alegre — O governador eleito, Pedro Simon (PMDB), admitiu, ontem, não estar "muito otimista em relação à adesão dos empresários à trégua proposta pelo governo". Para ele "é difícil" que a iniciativa privada se sensibilize para um entendimento que condi-

cione o aumento de salários ao tabelamento dos preços ao consumidor.

Ao referir-se à necessidade do governo adotar "medidas fortes" para a renegociação da dívida externa, ele também afirmou que "a reforma administrativa necessária ao país é mais difícil de ser equacionada do que o pagamento da dívida externa". Observou, em tom irônico, que a estrutura da máquina administrativa "é tão complexa que, se alguém viesse ao Brasil com a missão de

não fazer funcionar este país, não teria tanto êxito".

O governador eleito chegou ontem pela madrugada a Porto Alegre depois de participar da reunião com o presidente José Sarney, em Brasília. Para ele, o pronunciamento do presidente "foi mais progressista do que a própria nota tirada pelos governadores do PMDB". Na sua opinião, o governo precisa agora adotar medidas "que deem respostas à lacuna deixada pelo Plano Cruzado I em relação ao Plano Cruzado II".

Maria Luiza propõe que PT faça alianças para obter eleições diretas

São Paulo — A prefeita de Fortaleza, Maria Luiza Fontenele, do PT, disse que seu partido deve adotar a política de aliança para a obtenção de eleições diretas para presidente da República.

Maria Luiza negou que pretenda desligar-se do PT, e que sua proposta seja um apoio à candidatura do governador Leonel Brizola à sucessão do presidente José Sarney.

"O que proponho é uma aliança interpartidária, em termos concretos e objetivos, não em torno de nomes para presidente. Mas insisto que podemos nos aliar a outras legendas para tratar em conjunto de questões como política salarial, dívida externa, formação de um bloco progressista na Constituinte e diretas já para presidente", explicou.

A despeito das divergência entre Brizola e o presidente nacional do PT, Lula, a prefeita considerou possível uma aliança PDT-PT, "porque os interesses do povo devem estar acima das brigas pessoais".

ANC 88
Pasta 11 a 19
Jan/87
055